

MERCADO DE TRABALHO

Retrato dos rendimentos do trabalho – resultados da PNAD Contínua do quarto trimestre de 2023

Sumário

Os dados dos rendimentos do trabalho do quarto trimestre de 2023 apresentaram uma nova elevação em relação ao trimestre anterior, consolidando o aumento da renda no segundo semestre de 2023, após uma relativa estabilidade ao longo do primeiro. O crescimento interanual da renda habitual média foi de 3,1%. Estimativas mensais mostram que o rendimento médio real em dezembro de 2023 (R\$ 3.100,00) foi 0,7% maior que o observado no mês anterior (R\$ 3.078,00) e 3,3% superior ao valor de junho do mesmo ano, além de 3,9% maior que o valor registrado em dezembro de 2022 (R\$ 2.985,00). Em janeiro de 2024, a estimativa mensal avançou para R\$ 3.118,00.

No segundo trimestre de 2023, a renda média se manteve acima da observada no mesmo trimestre de 2019 pela primeira vez desde a pandemia (0,6%). Já no quarto trimestre de 2023, a renda média superou o mesmo trimestre de 2019 em 2,1%.

Por grupos demográficos, os maiores aumentos na renda na comparação com o mesmo período de 2022 foram registrados no Norte e no Nordeste, entre os trabalhadores adultos (entre 40 e 59 anos) e com ensino médio completo. Apenas trabalhadores com ensino fundamental completo ou escolaridade inferior apresentaram queda na renda. O crescimento foi menor para os que habitam no Sul e no Centro-Oeste, os maiores de 60 anos, homens e os chefes de família.

Na abertura por vínculo de ocupação, apresentado no gráfico 3, excluindo-se os empregadores, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) revelam que, no quarto trimestre de 2023, foram os empregados sem carteira assinada que apresentaram o maior crescimento interanual da renda, com um aumento de 7,2%. Após alguns trimestres com forte elevação da renda, os trabalhadores autônomos obtiveram um aumento de 1,0% da renda em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Por sua vez, os trabalhadores do setor público mostraram um crescimento de 3,8%, e os empregados com carteira assinada, de 2,7%.

Por setor, no quarto trimestre de 2023, houve queda da renda nos setores de transporte e construção, com redução interanual da renda habitual de 1,7% e 3,8% respectivamente. Já os trabalhadores da indústria, comércio e administração pública mostraram crescimento superior a 4,5%. Destaca-se a recuperação da renda na agricultura, que cresceu 0,9% no quarto trimestre, após forte queda no trimestre anterior.

Sandro Sacchet de Carvalho

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea)

sandro.sacchet@ipea.gov.br

Divulgado em 08 de março de 2024.

No quarto trimestre de 2023, a massa salarial alcançou uma média mensal de R\$ 302,9 bilhões, 5,0% ou R\$ 14 bilhões maior que no mesmo trimestre de 2022 e 2,0% maior que no trimestre anterior (R\$ 6,2 bilhões). Esse maior aumento na margem se deve não só ao crescimento da população ocupada, mas também ao aumento da renda média neste trimestre, enquanto que a renda média permaneceu estável ao longo de todo o primeiro semestre de 2023.

Um importante efeito da pandemia foi o aumento da proporção de domicílios sem renda do trabalho, que saltou de 22,7% no primeiro trimestre de 2020 para 28,7% no segundo. No quarto trimestre de 2023, a proporção de domicílios sem renda do trabalho situou-se em 23,0%, 1 ponto percentual (p.p.) acima do observado no mesmo trimestre do ano anterior.

Após o pico de desigualdade causado pela pandemia, o índice de Gini se reduziu continuamente até o primeiro trimestre de 2022. No entanto, o segundo trimestre de 2022 apresentou uma reversão da queda da desigualdade da renda observada, que continuou no terceiro trimestre, tendo o índice da renda domiciliar se mantido relativamente estável desde então. No quarto trimestre de 2023, o índice de Gini da renda domiciliar subiu para 0,523. Já o índice de Gini da renda individual apresentou uma queda maior desde o terceiro trimestre de 2022 até o segundo trimestre de 2023 e elevou-se de 0,492 para 0,495 entre o terceiro e quarto trimestres de 2023.

1 Renda média e massa salarial

Os dados dos rendimentos do trabalho do quarto trimestre de 2023 apresentaram uma nova elevação em relação ao trimestre anterior, consolidando o aumento da renda no segundo semestre de 2023, após relativa estabilidade ao longo do primeiro. Como mostra o gráfico 1, 2022 foi um ano de recuperação da renda após a forte queda em 2021, tendo em vista as fortes taxas de crescimento da renda na comparação interanual. O primeiro semestre de 2023 mostrou uma renda média estável e, portanto, desaceleração das elevadas taxas de crescimento interanuais até então observadas. As rendas médias do primeiro e do segundo trimestres atingiram R\$ 2.972,00 e R\$ 2.970,00, respectivamente (em reais de dezembro de 2023), somente 0,6% acima da renda do quarto trimestre de 2022. No quarto trimestre de 2023, a renda habitual média subiu para R\$ 3.044,00, registrando um aumento de 0,8% em relação ao trimestre anterior e de 3,1% na comparação interanual. Já no trimestre móvel terminado em janeiro de 2024, a renda média alcançou R\$ 3.078,00, representando um aumento interanual de 3,8%.

Parte da forte queda da renda mostrada no gráfico 1, em 2021, é apenas o inverso do observado ao longo de 2020, quando os rendimentos habituais apresentaram um crescimento acelerado. Ou seja, tanto o crescimento do rendimento real médio observado durante 2020 quanto a queda verificada a partir de 2021 resultaram, em grande medida, de um efeito composição. No caso da elevação observada em 2020, esse efeito composição foi originado por duas fontes distintas. Primeiro, a elevação da renda habitual média se deu pelo fato de que grande parte da perda de ocupações ocorreu nos segmentos com as piores remunerações,¹ de forma que os que permaneceram ocupados foram aqueles com renda relativamente mais alta. Da mesma forma, deve-se pontuar que, após o segundo trimestre de 2020, a PNAD Contínua realizava suas entrevistas por telefone, o que causou um aumento da não resposta na pesquisa. Considerando que tais impactos não estavam aleatoriamente distribuídos na amostra, tal fato pode ter afetado os resultados.²

De forma simétrica, parte da queda dos rendimentos médios a partir de 2021 deu-se pelo retorno dos trabalhadores informais e por conta própria ao mercado de trabalho,³ levando à redução do rendimento habitual médio, que saiu de um pico no trimestre móvel encerrado em julho de 2020 (R\$ 3.184,00) até atingir R\$ 2.727,00 no último trimestre de 2021.

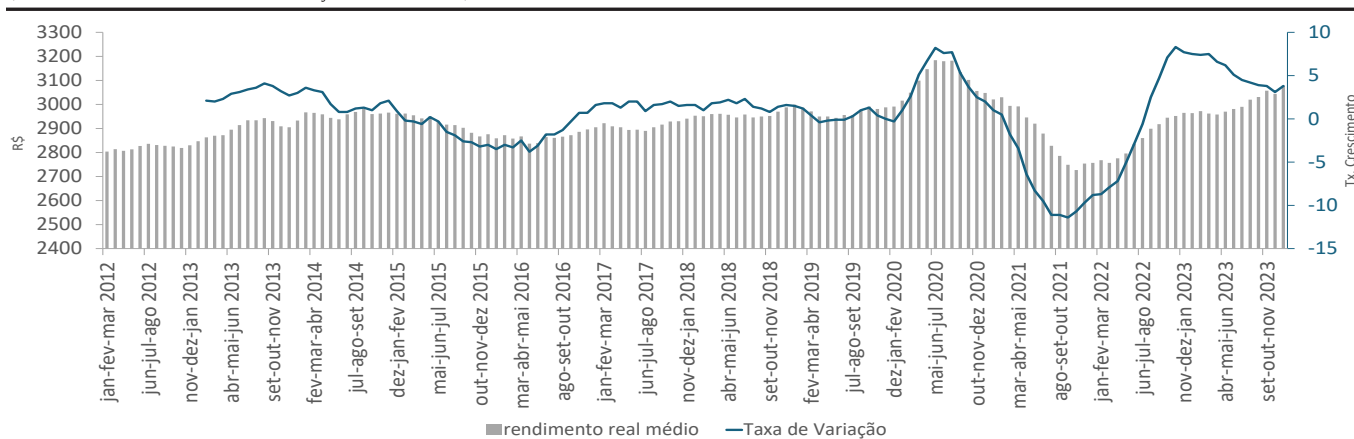
1. Nos setores de construção, comércio e alojamento e alimentação, além dos empregados sem carteira assinada e principalmente dos trabalhadores por conta própria.

2. Um exemplo do impacto do aumento da não resposta está disponível em: <http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2021/03/a-reducao-no-numero-de-entrevistas-na-pnad-continua-durante-a-pandemia-e-sua-influencia-para-a-evolucao-do-emprego-formal/>.

3. Evidências de que os trabalhadores informais foram os mais impactados pela perda de ocupação imediatamente após o início da pandemia, mas também foram os que mais rapidamente retornaram ao trabalho estão disponíveis em: <http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2020/11/analise-das-transicoes-no-mercado-de-trabalho-brasileiro-no-periodo-da-covid-19/>.

No segundo trimestre de 2023, a renda média manteve-se acima da observada no mesmo trimestre de 2019 pela primeira vez desde a pandemia (0,6%). Já no quarto trimestre de 2023, a renda média superou o mesmo trimestre de 2019 em 2,1%.

GRÁFICO 1
PNAD Contínua: rendimento habitual médio
(Valor absoluto e taxa de variação interanual)



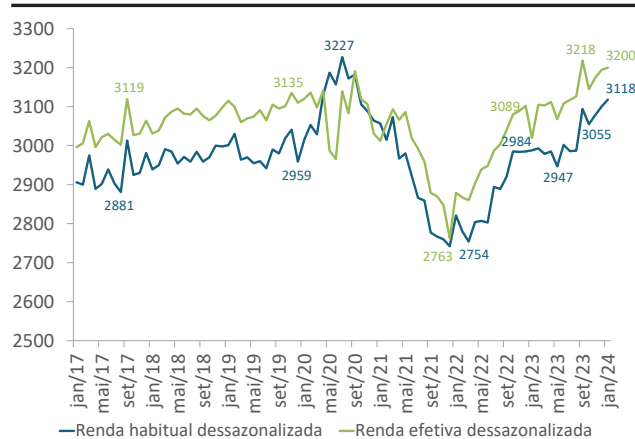
Fonte: PNAD Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Estimativas mensais dessazonalizadas da renda habitual e efetiva real elaboradas na *Nota de Conjuntura* nº 10 sobre mercado de trabalho,⁴ feitas com base nos dados por trimestre móvel da PNAD Contínua, são apresentadas no gráfico 2. Esses dados mensais permitem observar melhor a intensidade da recuperação da renda em 2022, a estabilização do primeiro semestre e o aumento no segundo semestre de 2023. Por certo, o rendimento habitual médio real em dezembro de 2023 (R\$ 3.100,00) foi 0,7% maior que o observado no mês anterior (R\$ 3.078,00) e 3,3% superior ao valor de junho do mesmo ano, além de 3,9% maior que o valor registrado em dezembro de 2022 (R\$ 2.985,00). Em janeiro de 2024, a estimativa mensal avançou para R\$ 3.118,00.

Como mostra também o gráfico 2, a renda efetiva média em dezembro (R\$ 3.194,00) foi 0,6% maior que o observado no mês anterior (R\$ 3.174,00). Em janeiro de 2024, a estimativa da renda mensal elevou-se para R\$3.200,00.

Na abertura por vínculo de ocupação, apresentado no gráfico 3, excluindo-se os empregadores, os dados da PNAD Contínua revelam que, no quarto trimestre de 2023, foram os empregados sem carteira assinada que apresentaram o maior crescimento interanual da renda, com um aumento de 7,2%. Após alguns trimestres com forte elevação da renda, os trabalhadores autônomos obtiveram um aumento de 1,0% da renda em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Por sua vez, os trabalhadores do setor público mostraram um crescimento de 3,8%, e os empregados com carteira assinada, 2,7%.

GRÁFICO 2
PNAD Contínua: rendimento habitual e efetivo médio mensal dessazonalizado
(Em R\$, valores de dezembro de 2023)



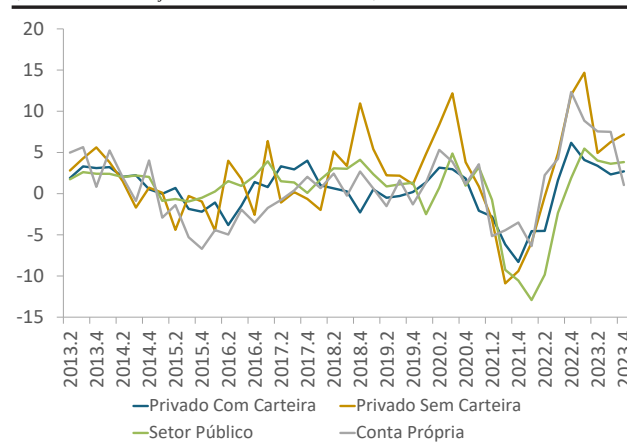
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac e da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

4. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/220804_notas10_indicadores_mensais_mercado_trabalho_jun22.pdf.

Na tabela 1, apresentam-se, por tipo de vínculo, as taxas de crescimento da renda efetiva e habitual para o período de 2020 a 2023. Conforme os dados da PNAD Covid-19 já indicavam, foram os trabalhadores por conta própria que tiveram o maior impacto em suas rendas. Enquanto para esses trabalhadores a renda habitual crescera 5,3% no segundo trimestre de 2020, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, a renda efetiva apresentara uma queda de 16,6%. Da mesma forma, no segundo e terceiro trimestres de 2021, esses trabalhadores apresentaram um crescimento de 17,3% e 8,6% da renda efetiva, respectivamente, sinalizando uma recuperação em relação aos níveis anteriores à pandemia. De modo contínuo, o desempenho da renda dos trabalhadores por conta própria manteve-se geralmente superior ao das demais posições até o terceiro trimestre de 2023. Já no quarto trimestre de 2023, a renda efetiva desses trabalhadores cresceu somente 0,3%, bem abaixo dos demais tipos de vínculo.

GRÁFICO 3
PNAD Contínua: rendimento habitual médio real, por tipo de vínculo

(Taxa de variação interanual, em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA 1
PNAD Contínua: taxa de crescimento do rendimento médio real efetivo e habitual, por tipo de vínculo (Em %)

	Privado Com Carteira	Privado Sem Carteira	Setor Público	Conta-Própria	Total
Painel A: Crescimento interanual da renda habitual					
2020.1	1,4	4,8	-2,5	1,4	1
2020.2	3,2	8,4	0,7	5,3	6,7
2020.3	3,0	12,2	4,9	3,9	7,7
2020.4	1,8	3,8	1,0	1,2	2,5
2021.1	-2,1	0,9	3,2	3,6	0,5
2021.2	-2,8	-3,1	-0,8	-5,2	-6,4
2021.3	-6,2	-10,9	-9,3	-4,5	-11,1
2021.4	-8,3	-9,4	-10,5	-3,5	-10,7
2022.1	-4,6	-5,9	-12,9	-6,4	-8,7
2022.2	-4,5	-0,4	-9,8	2,2	-5,1
2022.3	1,6	4,9	-2,3	4,2	2,5
2022.4	6,2	12,0	1,9	12,3	8,3
2023.1	4,1	14,7	5,5	8,9	7,4
2023.2	3,4	4,9	4,0	7,5	6,2
2023.3	2,3	6,3	3,6	7,5	4,2
2023.4	2,7	7,2	3,8	1,0	3,1
Painel B: Crescimento interanual da renda efetiva					
2020.1	0,4	5,3	-1,7	1,5	0,7
2020.2	0,4	-2,0	0,1	-16,6	-1,4
2020.3	0,4	3,8	3,2	-10,2	1,8
2020.4	-1,3	1,5	-0,4	-5,9	-1,1
2021.1	-5,3	-1,2	0,4	0,5	-2,5
2021.2	0,3	6,2	0,6	17,3	1
2021.3	-3,2	-4,0	-7,3	8,6	-6,1
2021.4	-6,6	-7,6	-9,6	2,7	-8,5
2022.1	-1,9	-4,5	-10,9	-2,8	-6,2
2022.2	-4,6	1,5	-9,8	6,0	-4
2022.3	1,1	4,9	-3,0	5,4	2,5
2022.4	7,6	13,6	1,5	14,3	9,4
2023.1	4,5	16,0	4,4	8,1	7,1
2023.2	3,4	5,3	2,5	7,0	5,8
2023.3	2,7	7,5	3,8	9,0	4,8
2023.4	2,1	6,9	3,9	0,3	2,6

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Os empregados do setor privado com carteira assinada apresentaram um aumento interanual da renda efetiva no quarto trimestre de 2023 de 2,1%. Os trabalhadores do setor público, por sua vez, obtiveram uma renda efetiva 3,9% maior no quarto trimestre de 2023 do que no mesmo trimestre do ano anterior. Por fim, os empregados sem carteira assinada tiveram crescimento interanual de 6,9% da renda efetiva e mantiveram as altas taxas de crescimento observadas desde o segundo trimestre de 2022.

A tabela 2 retrata a desagregação salarial por diferentes recortes. Em termos regionais, a renda habitual mostrou maiores aumentos no Norte e no Nordeste para o quarto trimestre de 2023 (4,1% e 4,0%, respectivamente). A região Centro-Oeste confirmou sua desaceleração do crescimento da renda, com alta de 1,8%. Por fim, a região Sul registrou o menor crescimento, tendo a renda habitual crescido no quarto trimestre 1,2% em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior.

TABELA 2

PNAD Contínua: crescimento interanual do rendimento médio habitual real por dados desagregados (1º trim./2022-4º trim./2023)

(Em %)

	Renda habitual							
	1º T/2022	2º T/2022	3º T/2022	4º T/2022	1º T/2023	2º T/2023	3º T/2023	4º T/2023
Centro-oeste	-4,8	-2,8	8,6	12,3	10,6	9,1	3,9	1,8
Nordeste	-7,5	-5,7	1,4	5,8	9,1	7,5	3,6	4,0
Norte	-4,1	0,8	4,4	12,0	6,7	7,5	3,7	4,1
Sudeste	-9,9	-5,9	1,0	8,0	7,0	5,4	5,2	3,3
Sul	-9,5	-4,4	4,0	8,4	5,5	4,9	2,0	1,2
Masculino	-8,3	-4,1	3,3	9,4	7,3	5,7	4,0	2,5
Feminino	-8,7	-6,0	1,7	6,7	7,7	7,3	4,5	4,2
14 a 24anos	-0,5	-4,7	1,0	9,0	6,2	6,8	5,5	2,6
25 a 39anos	-4,3	-0,9	4,4	11,8	9,0	6,0	3,5	1,7
40 a 59anos	-11,0	-6,1	1,7	5,4	6,5	5,8	4,3	4,1
60 anos ou mais	-15,0	-12,6	1,3	6,5	3,2	4,5	1,1	1,1
Não Chefe Família	-5,6	0,0	5,0	10,6	7,6	6,3	4,6	3,7
Chefe Família	-10,6	-8,4	0,7	6,3	7,2	6,0	3,3	2,2
Fundamental incompleto	-0,1	0,0	5,4	8,7	6,9	7,5	1,9	-0,1
Fundamental completo	-4,5	0,9	4,1	6,1	3,0	4,5	0,4	-1,2
Médio incompleto	-3,4	-2,2	5,6	7,4	5,2	6,0	1,0	0,4
Médio completo	-2,1	-0,2	4,0	6,8	5,3	3,5	2,3	3,2
Superior	-9,4	-5,6	0,3	7,3	7,4	5,1	4,0	2,4
Região não metropolitana	-6,5	-3,2	4,2	7,2	4,9	4,5	1,6	3,1
Região Metropolitana	-10,5	-6,4	1,0	9,5	9,4	7,8	6,6	3,0

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

O corte por gênero revela que os rendimentos habituais recebidos pelas mulheres, que vinham mostrando desempenho inferior ao dos homens em anos anteriores, apresentaram ao longo de 2023 um crescimento interanual maior que o masculino (no quarto trimestre, 4,2% contra 2,5% da renda habitual).

O detalhamento por faixa etária indica que o desempenho da renda foi melhor para adultos no último trimestre de 2023, com crescimento da renda de 4,1% (faixa etária de 40 a 59 anos). Os trabalhadores mais jovens (14

a 24 anos) vieram em seguida e, no trimestre mais recente, apresentaram aumento de 2,6% da renda habitual. Por sua vez, os trabalhadores mais velhos (60 anos ou mais) elevaram sua renda em relação ao quarto trimestre de 2022 em apenas 1,1%. Ressalta-se também que, sob a ótica do ensino, apenas os trabalhadores com ensino médio completo mantiveram crescimento da renda habitual mais elevado (3,2%). Trabalhadores com ensino fundamental ou escolaridade inferior apresentaram quedas da renda no quarto trimestre de 2023 na comparação interanual.

A tabela 3 apresenta o crescimento interanual do rendimento médio habitual por setores de atividade. Seguindo o padrão observado durante a pandemia, as atividades mais dependentes da circulação de pessoas (transporte, serviços pessoais e coletivos, alojamento e alimentação, comércio e construção) foram as que apresentaram maior queda da renda efetiva durante 2020, e justamente esse impacto maior explica uma recuperação da renda nesses setores após a segunda metade de 2021, ou ao menos uma desaceleração da queda dos rendimentos.

Esse padrão permaneceu ao longo de 2022, ou seja, setores mais formais com trabalhadores mais qualificados apresentaram maior queda da renda e recuperação mais lenta, com destaque para administração pública (quedas de 11,3% da renda efetiva no segundo trimestre de 2022 e estagnação no terceiro trimestre) e educação e saúde (quedas de 11,9% e 5,2% da renda habitual no segundo e terceiro trimestres de 2022, respectivamente), além da indústria (queda de 2,0% da renda no terceiro trimestre de 2022). No quarto trimestre de 2023, há quedas da renda nos setores de transporte e construção, com redução interanual da renda habitual de 1,7% e 3,8%, respectivamente. Já os trabalhadores da indústria, comércio e administração pública mostraram um crescimento superior a 4,5%. Destaca-se a recuperação da renda na agricultura, que cresceu 0,9% no quarto trimestre após forte queda no trimestre anterior.

Os valores da renda média habitual por setor de atividade são apresentados na tabela A.3 do apêndice.

TABELA 3

PNAD Contínua: crescimento interanual do rendimento médio real por setor de atividade, habitual e efetivo (1º trim./2021-4º trim./2023)

(Em %)

	1º T - 2021	2º T - 2021	3º T - 2021	4º T - 2021	1º T - 2022	2º T - 2022	3º T - 2022	4º T - 2022	1º T - 2023	2º T - 2023	3º T - 2023	4º T - 2023
Agricultura	-1,3	-3,3	-3,3	-5,6	1,7	2,2	12,6	13,5	6,5	7,0	-4,6	0,9
Indústria	-4,8	-11,9	-14,3	-15,8	-7,0	-6,5	-2,0	6,2	4,0	4,6	6,1	5,7
Construção	-8,1	-15,0	-8,2	-3,7	5,0	5,1	5,4	14,4	4,3	8,0	1,9	-3,8
Comércio	-3,9	-8,2	-12,0	-6,8	-2,4	1,4	8,4	7,4	7,4	7,5	2,5	5,9
Serviços profissionais	-3,0	2,0	-9,2	-8,7	-4,0	-4,7	3,3	10,0	7,7	5,4	3,7	0,6
Transporte	-7,3	-10,7	-2,8	0,8	-1,5	5,8	3,9	8,6	6,0	1,1	1,1	-1,7
Serviços pessoais e coletivos	-4,7	-11,5	-8,2	-5,0	-1,6	4,0	9,6	9,2	9,4	1,2	5,1	2,6
Adm. Pública	3,3	0,7	-11,3	-13,9	-15,7	-11,3	0,0	1,8	6,4	4,4	3,6	4,6
Educação e Saúde	7,6	-1,1	-7,8	-11,2	-17,8	-11,9	-5,2	5,4	7,6	5,4	4,4	3,6
Alojamento e Alimentação	1,2	-11,5	-6,1	-3,3	-5,0	4,6	2,6	10,8	10,2	8,1	11,5	3,2

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Notas:

¹ Serviços profissionais: informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas.

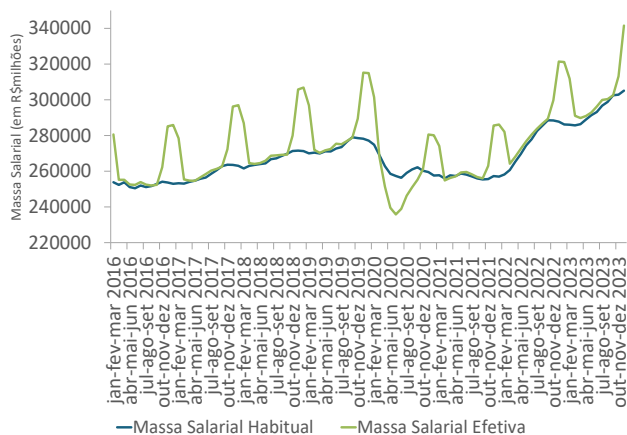
² Serviços pessoais e coletivos: serviços pessoais, artes, cultura, esporte, recreação e serviços domésticos.

Dentro do contexto dos efeitos da pandemia, apesar de se observar um relativo aumento dos rendimentos habituais médios em 2020, a forte queda da população ocupada causou um considerável impacto negativo na massa salarial real habitual. Na comparação interanual, os dados apontam que, já no trimestre móvel terminado em abril de 2020, a massa de rendimentos real habitualmente recebida apresentou queda de 0,6%. Ao longo de

2020, a massa habitual acelerou seu ritmo de queda, mostrando uma retração de 6,2% no primeiro trimestre de 2021. Contudo, quando os rendimentos habituais médios apresentaram queda significativa, a massa habitual teve quedas menos intensas, justamente em virtude da recuperação da população ocupada durante 2021. Ao longo de 2022, aliando-se o aumento da população ocupada à recuperação da renda, a massa salarial apresentou expressiva elevação, tendo a habitual aumentado 12,8% no quarto trimestre de 2022 em relação ao mesmo trimestre de 2021. No quarto trimestre de 2023, a massa salarial alcançou uma média mensal de R\$ 302,9 bilhões, 5,0% ou R\$ 14 bilhões maior que no mesmo trimestre de 2022 e 2,0% maior que no trimestre anterior (R\$ 6,2 bilhões). Esse maior aumento na margem se deve não só ao crescimento da população ocupada, mas também ao aumento da renda média neste trimestre, enquanto que a renda média permaneceu estável ao longo de todo o primeiro semestre de 2023. No trimestre móvel terminado em janeiro, a massa salarial média habitual foi de R\$ 305,1 bilhões, ou 6,0% maior na comparação interanual.

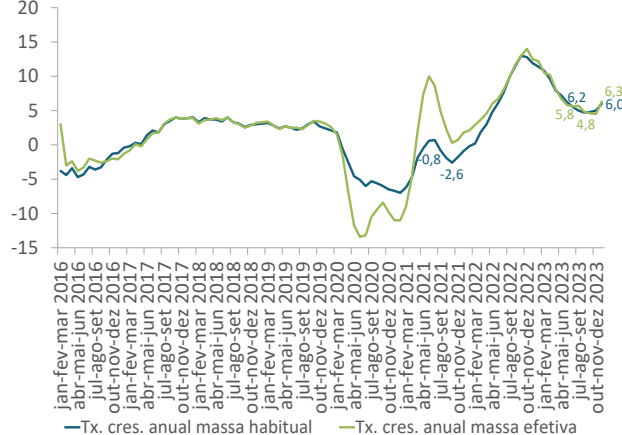
Cabe ressaltar que, considerando a massa dos rendimentos efetivos, a queda chegou a alcançar 13,4% no trimestre móvel terminado em julho de 2020. No quarto trimestre de 2022, houve um crescimento de 14,0% e, no quarto trimestre de 2023, o crescimento interanual foi de 4,5%, alcançando a soma de R\$ 313,2 bilhões (R\$ 13,5 bilhões maior que no quarto trimestre de 2022). No trimestre móvel terminado em janeiro, a massa salarial mensal média efetiva foi de R\$ 341,5,2 bilhões, ou 6,3% maior na comparação interanual.

GRÁFICO 4
Massa salarial real, habitual e efetiva
 (Em R\$ milhões, valores de dezembro de 2023)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 5
Taxa de variação interanual da massa salarial real, habitual e efetiva
 (Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

2 Rendimentos por faixa de renda e desigualdade salarial

Um indicador muito utilizado para inferir o bem-estar dos trabalhadores é o seu rendimento. Para que a evolução do rendimento reflita a variação do poder de compra do trabalhador, costuma-se deflacionar os dados de rendimento usando índices de preço ao consumidor que reflitam a variação do poder de compra. O Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda mostra que a evolução dos índices de preço relevantes para diferentes segmentos da população pode apresentar diferenças significativas por períodos consideráveis de tempo, quando se levam em consideração padrões distintos de consumo por faixa de renda. No anexo, detalhamos as faixas de renda e a distribuição dos domicílios entre elas.

Na tabela 4, mostra-se o crescimento anual da renda do trabalho habitual domiciliar por faixa de renda. Os valores dos rendimentos médios individuais e domiciliares por faixa de renda são mostrados no apêndice. Os dados

revelam que foram os domicílios de renda mais baixa que apresentaram maior crescimento na renda domiciliar habitual ao longo de 2020, o que reflete na maior proporção de trabalhadores informais nessas faixas de renda, mas também foram os domicílios que sofreram a maior redução proporcional na renda domiciliar do trabalho ao longo de 2021, com a maior retomada das atividades. No quarto trimestre de 2023, todas as faixas de renda domiciliares mostraram um crescimento da renda efetiva acima de 4%, reforçando a consolidação da sua recuperação observada ao longo dos últimos trimestres. O crescimento observado foi maior na faixa de renda baixa (6,93%, faixa 2) e menor na faixa de renda média (4,06%, faixa 4).

TABELA 4

PNAD Contínua: rendimento médio habitual real domiciliar por faixa de renda

(Taxa de variação interanual, em %)

Trimestre	1 - Renda muito baixa	2 - Renda baixa	3 - Renda média-baixa	4 - Renda média	5 - Renda média-alta	6 - Renda alta
2017.1	-1,46	-1,05	-0,30	-0,64	-1,85	-4,09
2017.2	5,40	2,95	-0,41	-0,60	1,96	4,45
2017.3	7,34	2,93	-0,68	-0,09	2,03	8,05
2017.4	6,96	1,95	-0,85	-0,61	1,80	6,43
2018.1	5,89	2,65	-0,04	-0,77	1,65	6,59
2018.2	0,34	0,09	0,63	0,10	-2,30	0,87
2018.3	-1,51	-0,73	-0,26	-0,34	-3,25	1,87
2018.4	0,28	0,90	2,28	4,49	1,96	0,76
2019.1	0,79	0,97	2,61	4,84	2,42	3,38
2019.2	-1,46	-0,64	1,07	2,31	1,91	1,39
2019.3	-0,78	-0,23	2,08	3,76	2,73	-0,49
2019.4	-1,99	-1,80	-1,14	-1,87	-2,03	-0,94
2020.1	-2,34	0,46	0,59	-1,18	-1,48	-3,99
2020.2	16,35	8,03	5,11	3,46	2,74	-2,15
2020.3	11,17	5,86	3,25	2,80	2,68	0,26
2020.4	3,09	3,54	2,39	1,49	2,01	-6,26
2021.1	2,94	-1,06	-1,03	0,73	1,72	1,92
2021.2	-14,82	-8,30	-6,54	-5,80	-5,00	-6,90
2021.3	-11,01	-6,51	-5,44	-4,26	-2,13	-5,93
2021.4	-7,15	-5,50	-5,33	-3,83	-2,87	-2,03
2022.1	-5,99	-3,44	-4,03	-3,62	-2,20	-8,16
2022.2	-5,22	-4,54	-2,92	-2,68	-3,02	-0,16
2022.3	-4,35	-3,83	-2,18	-3,46	-3,80	-0,61
2022.4	-2,41	-2,64	-1,52	-2,14	-2,86	-1,16
2023.1	3,79	4,98	5,18	3,99	3,99	7,24
2023.2	4,93	6,23	4,63	4,56	5,86	7,83
2023.3	5,09	6,28	4,50	3,83	3,77	2,96
2023.4	5,22	6,93	4,86	4,06	4,51	4,61

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: Deflator Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda.

O impacto da pandemia sobre a renda domiciliar do trabalho fica mais claro com os dados da tabela 5, que mostram a proporção dos domicílios por faixa de renda calculada de acordo com a renda efetiva do trabalho entre 2020 e 2023. O que mais chama atenção na tabela é o aumento da proporção de domicílios sem renda do trabalho em razão da pandemia, que saltou de 22,7% no primeiro trimestre de 2020 para 28,7% no segundo. A proporção de domicílios sem renda do trabalho ainda apresentou estabilidade entre o quarto trimestre de 2020 e o primeiro trimestre de 2021, refletindo a lenta recuperação do nível de ocupação aos patamares anteriores à pandemia. Após isso, inicia-se uma tendência de retorno aos patamares imediatamente anteriores à pandemia, permanecendo em torno de 22% ao longo de 2022. Contudo, houve um novo aumento no início de 2023, tendo a proporção de domicílios sem renda do trabalho alcançado 23,5% no primeiro trimestre. No quarto trimestre de 2023, a proporção de domicílios sem renda do trabalho recuou ligeiramente para 23,0%, porém ainda 1 p.p. acima do observado no mesmo trimestre do ano anterior.

Nesse trimestre, assim como no anterior, houve também um aumento da proporção de domicílios na faixa de renda média (faixa 4) e alta (faixas 5 e 6) e uma diminuição nas faixas de renda mais baixas (faixas 1 e 2).

TABELA 5

PNAD Contínua: proporção de domicílios por faixa de renda do trabalho (1º trim./2020-4º trim./2023)

(Em %)

	Faixa de Renda						
	Sem renda	1 - Renda muito baixa	2 - Renda baixa	3 - Renda média-baixa	4 - Renda média	5 - Renda média-alta	6 - Renda alta
2020.1	22,7	26,2	11,8	16,3	14,4	5,8	2,8
2020.2	28,7	28,4	11,2	14,3	11,1	4,3	2,0
2020.3	27,8	28,7	11,4	14,5	10,9	4,5	2,1
2020.4	25,2	28,0	12,6	14,9	12,1	4,9	2,3
2021.1	25,1	27,1	12,5	14,7	12,7	5,4	2,5
2021.2	24,2	29,3	12,8	14,6	12,0	4,9	2,1
2021.3	23,1	29,6	12,9	15,6	12,0	4,8	2,0
2021.4	22,2	29,0	13,2	16,0	12,8	4,9	1,9
2022.1	23,4	26,6	12,8	15,8	13,7	5,5	2,2
2022.2	22,1	28,4	13,3	16,3	13,0	4,9	2,0
2022.3	22,0	28,5	13,1	16,0	13,2	5,1	2,0
2022.4	22,0	26,1	12,8	16,5	14,5	5,8	2,4
2023.1	23,5	26,8	12,2	15,3	14,0	5,9	2,4
2023.2	23,3	28,2	12,5	15,7	13,3	5,1	1,9
2023.3	23,2	27,9	12,2	15,7	13,7	5,2	2,1
2023.4	23,0	26,8	12,0	15,8	14,5	5,6	2,3

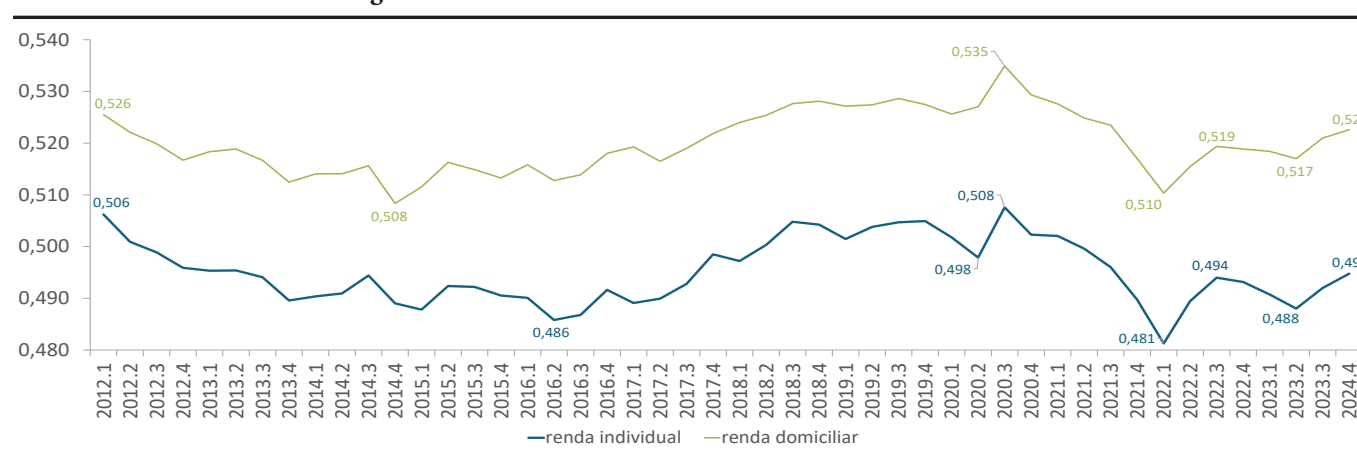
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

O gráfico 6 mostra a evolução do índice de Gini das rendas individuais e domiciliares do trabalho habitual. Comparado ao menor valor observado pela PNAD Contínua, o índice de Gini da renda domiciliar do trabalho subiu de 0,508, no quarto trimestre de 2014, para 0,535, no terceiro trimestre de 2020. No caso da renda individual, o índice subiu de 0,486, no segundo trimestre de 2016, para 0,508, no terceiro trimestre de 2020. Após o pico de desigualdade causado pela pandemia, o índice se reduziu continuamente até o primeiro trimestre de 2022. O segundo trimestre de 2022 apresentou uma reversão da queda da desigualdade da renda observada, que continuou no terceiro trimestre, tendo o índice da renda domiciliar se mantido relativamente estável desde então. No quarto trimestre de 2023, o índice de Gini da renda domiciliar subiu para 0,523. Já o índice de Gini da renda individual apresentou uma queda maior do terceiro trimestre de 2022 até o segundo trimestre de 2023, mas elevou-se de 0,492 para 0,495 entre o terceiro e quarto trimestres de 2023.

GRÁFICO 6

Índice de Gini: indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos – renda individual e domiciliar



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

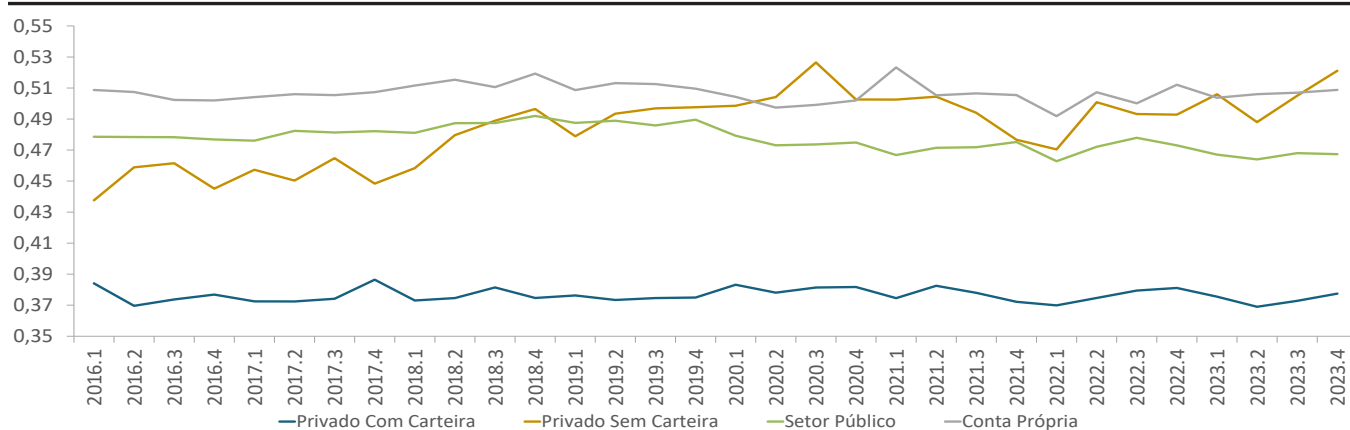
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Os dados do gráfico 7, que mostram o índice de Gini por tipo de vínculo, revelam que a trajetória desse índice durante a pandemia foi causada pelo comportamento dos trabalhadores sem carteira. De fato, o índice para esse grupo avançou de 0,504, no primeiro trimestre de 2020, para 0,526, no terceiro trimestre do mesmo ano, refletindo a maior dificuldade dos trabalhadores mais vulneráveis desse segmento de permanecer no mercado de trabalho durante a pandemia. Contudo, cabe salientar que o aumento da desigualdade entre os empregados sem carteira mostra-se persistente, sendo este o único grupo em que o índice de Gini encontra-se em patamares substancialmente acima dos observados em 2016 e 2017.

No quarto trimestre de 2023, foram novamente esses trabalhadores que mostraram um maior aumento da desigualdade, enquanto somente entre os trabalhadores autônomos houve uma relativa estabilidade da desigualdade.

GRÁFICO 7

Índice de Gini: indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos, por tipo de vínculo



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

3 Considerações finais

Os dados da PNAD Contínua mostraram que, no quarto trimestre de 2023, a renda média voltou a crescer após relativa estabilidade ao longo do primeiro semestre. O crescimento interanual da renda habitual média foi de 3,1%. Estimativas mensais mostram que o rendimento médio real em dezembro de 2023 (R\$ 3.100) foi 0,7% maior que o observado no mês anterior (R\$ 3.078) e 3,3% superior ao valor de junho do mesmo ano, além de 3,9% maior que o valor registrado em dezembro de 2022 (R\$ 2.985). Em janeiro de 2024, a estimativa mensal avançou para R\$ 3.118.

Além disso, os trabalhadores sem carteira foram os que mais sustentaram o crescimento da renda, seguidos dos empregados públicos. Os dados do quarto trimestre de 2023 mostram uma menor intensidade do aumento da renda dos trabalhadores autônomos, após seguidos trimestres de forte crescimento.

Por setor, no quarto trimestre de 2023, há quedas da renda nos setores de transporte e construção, com redução interanual da renda habitual, de -1,7% e -3,8%, respectivamente. Já os trabalhadores da indústria, do comércio e da administração pública mostraram um crescimento superior a 4,5%. Destaca-se a recuperação da renda na agricultura, que cresceu 0,9% no quarto trimestre após forte queda no trimestre anterior.

Além disso, confirmando a consolidação da recuperação da renda, todas as faixas domiciliares mostraram um crescimento da renda efetiva acima de 4%. O índice de Gini da renda domiciliar e o da renda individual, por sua vez, elevaram-se no quarto trimestre de 2023 em relação ao trimestre anterior, alcançando 0,523 e 0,495, respectivamente.

Apêndice

TABELA A.1

PNAD Contínua: rendimento médio habitual real por faixa de renda

(Em R\$, valores de novembro de 2023)

Trimestre	Renda média individual por faixa de renda					
	faixa 1	faixa 2	faixa 3	faixa 4	faixa 5	faixa 6
2012.1	1.085,2	1.626,3	2.038,8	3.079,6	5.841,1	14.895,0
2012.2	1.081,5	1.655,3	2.085,1	3.255,8	6.432,9	15.794,3
2012.3	1.080,5	1.635,9	2.074,5	3.241,0	6.349,0	16.179,7
2012.4	1.084,6	1.624,5	2.069,3	3.237,8	6.292,5	15.984,6
2013.1	1.093,0	1.651,7	2.096,2	3.173,1	6.012,5	15.649,0
2013.2	1.090,7	1.668,2	2.120,1	3.268,0	6.411,9	16.589,0
2013.3	1.106,8	1.662,0	2.126,1	3.252,3	6.338,0	16.408,4
2013.4	1.084,3	1.651,3	2.126,0	3.251,6	6.230,8	15.680,6
2014.1	1.164,0	1.687,5	2.226,6	3.244,9	6.246,9	15.665,1
2014.2	1.144,4	1.679,9	2.229,3	3.300,0	6.493,2	16.511,0
2014.3	1.140,8	1.679,8	2.214,0	3.310,3	6.414,7	16.721,5
2014.4	1.136,3	1.673,4	2.191,8	3.313,5	6.469,3	16.222,1
2015.1	1.146,2	1.679,3	2.190,9	3.228,6	6.217,9	16.107,5
2015.2	1.123,4	1.629,4	2.184,6	3.352,3	6.601,3	17.473,3
2015.3	1.116,6	1.744,6	2.135,6	3.350,7	6.603,6	17.131,4
2015.4	1.072,0	1.697,3	2.086,4	3.192,7	6.207,7	16.226,4
2016.1	1.090,3	1.684,9	2.100,3	3.097,9	5.811,8	14.981,4
2016.2	1.070,8	1.699,2	2.139,3	3.341,9	6.652,5	16.377,6
2016.3	1.069,4	1.693,2	2.148,8	3.292,0	6.571,9	16.204,6
2016.4	1.055,4	1.691,0	2.136,1	3.247,9	6.285,5	16.051,6
2017.1	1.079,4	1.718,0	2.112,9	3.118,5	5.717,2	14.833,6
2017.2	1.136,6	1.691,4	2.143,1	3.350,3	6.822,4	17.085,8
2017.3	1.138,2	1.671,9	2.135,5	3.311,5	6.741,6	17.045,1
2017.4	1.119,2	1.659,9	2.117,9	3.221,7	6.454,5	17.064,4
2018.1	1.128,3	1.688,4	2.110,3	3.109,0	5.877,1	15.352,4
2018.2	1.135,5	1.715,8	2.164,4	3.355,0	6.794,4	17.218,6
2018.3	1.110,0	1.669,5	2.129,3	3.319,8	6.598,3	17.602,0
2018.4	1.114,4	1.661,1	2.198,1	3.356,9	6.436,5	17.202,0
2019.1	1.132,9	1.678,5	2.186,7	3.218,0	5.937,3	16.256,1
2019.2	1.111,8	1.662,9	2.206,5	3.376,1	6.744,4	17.807,9
2019.3	1.109,2	1.649,1	2.198,5	3.375,1	6.672,2	17.523,5
2019.4	1.093,9	1.641,2	2.175,4	3.273,7	6.331,2	17.551,3
2020.1	1.111,1	1.741,1	2.151,0	3.181,8	5.874,9	15.906,9
2020.2	1.368,5	1.870,1	2.439,3	3.705,7	7.223,4	18.096,2
2020.3	1.275,0	1.828,7	2.405,6	3.635,4	7.258,5	18.388,9
2020.4	1.167,8	1.804,0	2.242,5	3.420,5	6.727,7	16.967,8
2021.1	1.159,5	1.738,9	2.179,2	3.318,9	6.247,6	15.985,0
2021.2	1.123,7	1.723,8	2.182,7	3.415,8	6.841,1	16.769,0
2021.3	1.101,6	1.653,4	2.132,9	3.360,0	6.682,0	16.910,8
2021.4	1.049,5	1.592,1	2.062,1	3.212,9	6.346,2	16.179,0
2022.1	1.090,2	1.618,7	2.067,3	3.086,0	5.941,5	14.831,2
2022.2	1.055,1	1.597,0	2.065,0	3.253,8	6.494,0	16.459,9
2022.3	1.064,6	1.603,3	2.076,0	3.258,6	6.536,6	16.709,3
2022.4	1.061,4	1.599,4	2.061,0	3.197,9	6.254,5	15.907,3
2023.1	1.146,2	1.712,6	2.143,8	3.153,6	6.046,2	15.491,1
2023.2	1.135,6	1.729,6	2.171,2	3.341,7	6.654,1	17.077,6
2023.3	1.136,8	1.748,5	2.187,5	3.343,0	6.636,1	16.825,5
2023.4	1.112,7	1.754,4	2.161,8	3.268,5	6.389,4	16.150,4

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD Contínua/IBGE).

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea).

TABELA A.2

PNAD Contínua: rendimento médio habitual real domiciliar por faixa de renda

(Em R\$, valores de novembro de 2023)

Trimestre	Renda média domiciliar por faixa de renda					
	faixa 1	faixa 2	faixa 3	faixa 4	faixa 5	faixa 6
2012.1	1.299,1	2.615,1	3.990,6	6.737,6	12.935,3	32.135,3
2012.2	1.300,4	2.702,1	4.163,6	7.202,7	14.053,4	34.424,3
2012.3	1.287,5	2.667,6	4.123,2	7.184,1	13.969,1	35.302,2
2012.4	1.293,5	2.644,2	4.057,1	7.080,6	13.898,4	34.818,4
2013.1	1.298,6	2.617,3	4.003,8	6.833,3	13.136,5	33.221,1
2013.2	1.291,1	2.661,5	4.108,8	7.135,5	13.974,8	35.521,7
2013.3	1.300,1	2.644,5	4.092,6	7.081,8	13.916,9	34.956,6
2013.4	1.281,0	2.597,3	4.047,6	7.043,9	13.709,1	33.583,6
2014.1	1.362,0	2.688,8	4.126,6	7.137,1	13.810,2	33.560,4
2014.2	1.341,7	2.701,7	4.160,5	7.306,3	14.256,3	35.160,4
2014.3	1.343,1	2.691,5	4.148,1	7.276,0	14.147,1	35.095,6
2014.4	1.334,6	2.654,7	4.101,0	7.233,0	14.063,6	34.196,0
2015.1	1.329,0	2.600,7	4.014,6	6.961,3	13.326,9	33.447,9
2015.2	1.314,7	2.629,6	4.049,6	7.207,1	14.130,3	35.848,7
2015.3	1.310,5	2.700,6	4.158,5	7.157,4	13.989,1	35.042,5
2015.4	1.262,0	2.594,8	3.976,1	6.794,0	13.237,9	33.512,1
2016.1	1.264,3	2.522,0	3.848,4	6.475,3	12.307,2	31.210,0
2016.2	1.262,4	2.615,6	4.069,9	7.137,9	13.893,7	33.896,5
2016.3	1.242,6	2.597,3	4.065,1	7.020,5	13.724,1	32.691,0
2016.4	1.230,4	2.560,7	3.993,7	6.852,3	13.248,9	33.242,0
2017.1	1.245,8	2.495,6	3.836,7	6.434,1	12.079,9	29.932,9
2017.2	1.330,5	2.692,8	4.053,0	7.094,7	14.166,6	35.406,5
2017.3	1.333,8	2.673,5	4.037,2	7.014,0	14.002,3	35.321,6
2017.4	1.316,0	2.610,7	3.959,8	6.810,4	13.486,8	35.378,2
2018.1	1.319,1	2.561,6	3.835,2	6.384,8	12.278,6	31.906,6
2018.2	1.335,0	2.695,1	4.078,5	7.101,7	13.840,4	35.714,5
2018.3	1.313,6	2.653,9	4.026,8	6.989,9	13.546,8	35.983,5
2018.4	1.319,7	2.634,1	4.050,2	7.116,5	13.751,0	35.646,6
2019.1	1.329,5	2.586,4	3.935,3	6.694,1	12.575,9	32.984,8
2019.2	1.315,5	2.677,8	4.122,3	7.265,5	14.105,3	36.210,2
2019.3	1.303,4	2.647,8	4.110,7	7.252,9	13.916,0	35.808,8
2019.4	1.293,5	2.586,8	4.004,2	6.983,6	13.471,8	35.311,7
2020.1	1.298,4	2.598,3	3.958,5	6.615,0	12.389,5	31.670,0
2020.2	1.530,6	2.892,9	4.332,9	7.516,9	14.491,9	35.430,5
2020.3	1.449,0	2.802,9	4.244,3	7.455,8	14.289,3	35.901,1
2020.4	1.333,4	2.678,4	4.100,0	7.087,9	13.742,7	33.099,4
2021.1	1.336,5	2.570,8	3.917,8	6.663,3	12.602,4	32.277,9
2021.2	1.303,7	2.652,8	4.049,5	7.081,3	13.767,2	32.986,2
2021.3	1.289,4	2.620,4	4.013,4	7.138,2	13.985,1	33.773,6
2021.4	1.238,0	2.531,2	3.881,3	6.816,6	13.347,6	32.426,1
2022.1	1.256,4	2.482,2	3.759,8	6.422,3	12.325,0	29.644,0
2022.2	1.235,7	2.532,4	3.931,4	6.891,7	13.350,9	32.933,2
2022.3	1.233,3	2.520,1	3.926,1	6.891,0	13.453,8	33.567,7
2022.4	1.208,2	2.464,3	3.822,4	6.670,8	12.966,3	32.049,4
2023.1	1.304,0	2.605,9	3.954,7	6.678,5	12.816,4	31.790,1
2023.2	1.296,6	2.690,1	4.113,3	7.205,7	14.133,2	35.510,8
2023.3	1.296,0	2.678,3	4.102,9	7.155,2	13.960,5	34.560,5
2023.4	1.271,2	2.635,0	4.008,1	6.941,7	13.550,6	33.525,4

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.3

PNAD Contínua: rendimento médio habitual real por setor de atividade

(Em R\$, valores de novembro de 2023)

Trimestre	Renda média individual por setor de atividade				
	Agricultura	Indústria	Construção	Comércio	Serviços profissionais
2012.1	1533,7	2872,4	2284,3	2477,3	4056,7
2012.2	1568,2	2855,6	2346,6	2450,8	4107,0
2012.3	1585,6	2853,0	2409,1	2491,8	4097,2
2012.4	1590,2	2852,1	2322,7	2460,3	4152,7
2013.1	1607,2	2859,2	2388,2	2483,5	4268,7
2013.2	1610,4	2914,4	2523,2	2515,5	4194,1
2013.3	1648,3	2926,1	2527,1	2537,9	4259,7
2013.4	1648,1	2910,2	2453,6	2537,1	4179,5
2014.1	1686,2	3019,3	2529,9	2524,6	4277,8
2014.2	1687,2	2927,1	2480,4	2480,9	4350,3
2014.3	1692,2	3028,6	2404,1	2497,6	4275,6
2014.4	1708,9	2902,1	2426,7	2529,8	4303,7
2015.1	1720,6	3012,5	2395,0	2527,0	4275,3
2015.2	1658,5	3013,1	2358,1	2457,7	4271,7
2015.3	1637,3	2965,5	2353,2	2435,8	4150,1
2015.4	1628,6	2955,2	2394,0	2370,2	4162,3
2016.1	1565,6	2931,6	2380,6	2379,6	4331,0
2016.2	1548,5	2879,5	2407,7	2366,7	4103,7
2016.3	1615,3	2927,0	2314,4	2396,6	4184,4
2016.4	1676,7	2818,0	2389,0	2416,3	4295,9
2017.1	1690,9	2918,2	2317,9	2422,9	4386,6
2017.2	1763,9	2923,9	2346,0	2399,0	4228,3
2017.3	1756,3	2949,7	2315,4	2398,8	4345,4
2017.4	1713,2	2990,3	2360,5	2419,1	4354,8
2018.1	1720,9	3029,6	2339,1	2374,1	4381,8
2018.2	1698,7	3005,2	2305,9	2378,2	4320,9
2018.3	1725,4	3021,4	2307,0	2399,1	4305,3
2018.4	1740,7	2967,7	2274,1	2394,2	4372,2
2019.1	1766,0	3029,7	2258,6	2429,8	4312,4
2019.2	1765,8	2977,8	2286,8	2400,5	4224,4
2019.3	1707,5	2964,4	2353,1	2413,4	4255,8
2019.4	1762,5	3022,1	2272,6	2415,0	4343,1
2020.1	1812,9	3101,1	2327,3	2463,5	4342,4
2020.2	1832,4	3293,0	2482,4	2500,1	4232,8
2020.3	1838,9	3350,0	2332,9	2547,9	4551,3
2020.4	1827,9	3166,7	2202,2	2400,9	4349,2
2021.1	1788,4	2952,1	2136,0	2366,4	4208,7
2021.2	1770,5	2898,6	2107,4	2294,1	4320,3
2021.3	1777,8	2868,4	2139,1	2240,7	4132,7
2021.4	1723,7	2664,2	2121,7	2237,3	3972,2
2022.1	1819,3	2745,2	2242,8	2310,4	4041,9
2022.2	1810,0	2710,1	2217,3	2326,0	4117,7
2022.3	2002,2	2811,0	2254,4	2429,5	4268,8
2022.4	1956,6	2830,6	2427,1	2401,9	4370,2
2023.1	1937,9	2854,1	2339,2	2480,2	4353,1
2023.2	1936,5	2833,9	2396,0	2500,2	4342,3
2023.3	1909,4	2983,7	2296,6	2489,8	4428,3
2024.4	1973,6	2992,0	2334,7	2543,7	4397,0

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.3 (Continuação)

PNAD Contínua: rendimento médio habitual real por setor de atividade

(Em R\$, valores de novembro de 2023)

Trimestre	Renda média individual por setor de atividade				
	Transporte	Serviços pessoais e coletivos	Adm. Pública	Educação e Saúde	Alojamento e Alimentação
2012.1	3001,0	2313,6	4807,7	3830,7	2124,5
2012.2	3050,5	2299,0	4731,1	3815,0	2127,1
2012.3	2960,4	2216,1	4717,0	3910,0	2048,1
2012.4	3009,3	2300,0	4698,5	3892,9	2044,1
2013.1	2951,9	2287,2	4822,1	3969,6	2137,2
2013.2	3069,6	2312,7	4844,5	3937,3	2136,7
2013.3	3147,5	2430,3	4852,3	4050,5	2215,1
2013.4	3047,4	2427,5	4965,9	3987,6	2231,7
2014.1	3114,4	2409,9	5050,6	4008,8	2254,8
2014.2	3090,5	2339,8	4925,4	4013,3	2197,1
2014.3	3106,0	2431,5	4841,8	4122,0	2218,0
2014.4	3172,9	2397,4	5058,9	4034,3	2188,6
2015.1	3071,1	2376,0	4985,4	4141,8	2106,7
2015.2	3008,8	2347,3	5016,3	4160,2	2085,2
2015.3	3006,1	2366,2	5062,8	4072,8	2132,1
2015.4	2975,4	2294,5	5159,8	3988,3	2072,9
2016.1	2943,6	2198,9	5158,0	4033,0	2029,8
2016.2	2920,9	2177,8	5269,6	3953,3	2008,0
2016.3	2933,1	2232,0	5172,0	3969,2	1981,6
2016.4	2968,8	2200,3	5398,2	3990,3	1993,7
2017.1	2848,8	2293,1	5518,3	4052,6	1996,8
2017.2	2882,3	2210,3	5264,4	4065,5	1961,9
2017.3	2814,8	2199,9	5237,8	4082,5	1951,4
2017.4	2916,8	2253,8	5230,0	4187,5	1916,0
2018.1	2904,5	2245,0	5387,6	4241,1	2000,4
2018.2	2912,9	2232,8	5387,7	4350,8	2024,5
2018.3	2873,0	2203,8	5373,7	4290,5	1977,2
2018.4	2900,2	2259,5	5514,9	4357,5	1989,3
2019.1	2898,4	2285,4	5713,5	4319,9	1889,3
2019.2	2909,4	2218,5	5580,2	4301,4	1882,0
2019.3	2857,7	2233,5	5600,1	4313,0	1930,0
2019.4	2881,6	2306,9	5693,3	4316,1	1975,8
2020.1	2871,9	2317,0	5606,8	4254,1	1936,5
2020.2	2919,2	2440,9	5506,2	4402,3	1989,3
2020.3	2767,3	2249,3	5734,0	4502,5	1912,7
2020.4	2648,9	2228,4	5791,6	4348,6	1828,3
2021.1	2662,3	2208,7	5793,5	4583,0	1956,8
2021.2	2605,8	2138,5	5548,8	4354,1	1760,1
2021.3	2691,1	2115,4	5082,9	4154,1	1795,7
2021.4	2670,5	2109,6	4986,5	3864,8	1766,8
2022.1	2621,8	2154,3	4886,4	3767,0	1862,0
2022.2	2755,3	2275,3	4923,4	3833,7	1841,2
2022.3	2794,4	2300,2	5081,7	3938,3	1842,8
2022.4	2900,8	2300,1	5075,3	4074,0	1957,8
2023.1	2778,1	2390,7	5198,3	4051,2	2051,5
2023.2	2784,4	2303,6	5140,1	4041,7	1991,3
2023.3	2829,9	2417,2	5263,8	4111,1	2055,4
2024.4	2851,9	2359,7	5308,9	4221,9	2019,9

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Anexo

O quadro A.1 descreve as faixas de renda utilizadas para a construção do Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, que foram definidas de acordo com a renda domiciliar mensal, expressas a preços de janeiro de 2009, período de referência da Pesquisa Orçamentária Familiar (POF) 2008/2009. As duas primeiras faixas de renda captam domicílios de baixa renda. As três faixas seguintes incluem domicílios de média-baixa, média e média-alta renda. A última faixa contém os domicílios de alta renda. Esses valores são atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e com isso se obtêm as faixas de renda domiciliar que são utilizadas na PNAD Contínua. O quadro A.1 apresenta também as faixas de renda a preços de maio de 2020, período de referência do último trimestre disponível da PNAD Contínua.

QUADRO A.1

Faixas de renda mensal domiciliar

(Em R\$)

Faixa de renda	Renda domiciliar (jan./2009)	Renda domiciliar (maio/2020)
1 - Renda muito baixa	Menor que R\$ 900	Menor que R\$ 1.650,50
2 - Renda baixa	Entre R\$ 900 e R\$ 1.350	Entre R\$ 1.650,50 e R\$ 2.471,09
3 - Renda média-baixa	Entre R\$ 1.350 e R\$ 2.250	Entre R\$ 2.471,09 e R\$ 4.127,41
4 - Renda média	Entre R\$ 2.250 e R\$ 4.500	Entre R\$ 4.127,41 e R\$ 8.254,83
5 - Renda média-alta	Entre R\$ 4.500 e R\$ 9.000	Entre R\$ 8.254,83 e R\$ 16.509,66
6 - Renda alta	Maior que R\$ 9.000	Maior que R\$ 16.509,66

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea).

O quadro A.2 mostra a distribuição de domicílios entre as faixas de renda para os primeiros trimestres de 2018, 2019 e 2020, além do quarto trimestre de 2019. Destaca-se, na comparação com o último trimestre do ano anterior (2019), um aumento dos domicílios que declararam não possuir renda do trabalho com queda dos domicílios de renda muito baixa e o aumento dos domicílios de renda do trabalho baixa com a queda da proporção de domicílios de renda média-baixa.

QUADRO A.2

Domicílios por faixas de renda (do trabalho)

(Em %)

Faixa de renda	1º trim./2018	1º trim./2019	4º trim./2019	1º trim./2020
0 - Sem renda do trabalho	19,07	22,71	22,16	23,48
1 - Renda muito baixa	28,41	29,82	29,19	28,51
2 - Renda baixa	12,40	11,58	11,61	13,05
3 - Renda média-baixa	18,66	17,08	17,25	15,76
4 - Renda média	14,02	12,22	12,82	12,34
5 - Renda média-alta	5,24	4,54	4,80	4,67
6 - Renda alta	2,01	2,05	2,16	2,19

Fonte: PNAD Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):

Claudio Roberto Amitrano (Diretor)

Mônica Mora y Araujo (Coordenadora-Geral de Estudos e Políticas Macroeconômicas)

Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:

Maria Andréia Parente Lameiras (Editora substituta)

Estêvão Kopschitz Xavier Bastos

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Leonardo Mello de Carvalho

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti

Mônica Mora y Araujo

Sandro Sacchet de Carvalho

Sergio Fonseca Ferreira

Pesquisadores Visitantes:

Cristiano da Costa Silva

Debora Mesquita Pimentel

Felipe dos Santos Martins

Sidney Martins Caetano

Equipe de Assistentes:

Alexandre Magno de Almeida Leão

Caio Rodrigues Gomes Leite

Diego Ferreira

Izabel Nolau de Souza

Marcelo Lima de Moraes

Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

Design/Diagramação:

Augusto Lopes dos Santos Borges

Leonardo Simão Lago Alvite

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas..